

# ONISCIENTE, ONIPOTENTE

O INQUISIDOR DA LAVA JATO REVISAR DECISÕES SUPERIORES, MAS AGORA CORRE O RISCO REAL DE SER CATEQUIZADO PELO STF EM UM DOS PROCESSOS MOVIDOS CONTRA LULA

por ANDRÉ BARROCAL

**S**ebastián Piñera, o milionário presidente do Chile, passou por Brasília em 27 de abril e, após rara visita estrangeira a Michel Temer, encontrou uma tiete do emedebista, Cármen Lúcia, a comandante do Supremo Tribunal Federal. No papo com ela, contou que julgamentos do STF são vistos em seu país, graças à TV Justiça – essa excentricidade nacional –, daí o pensamento de cada juiz do tribunal ser conhecido por lá. E, curioso, perguntou: “Quando falha a Suprema Corte, a quem se recorre?” Meio sem jeito, a mineira respondeu que não cabia recurso. “Então cabe a Deus?”, disse o chileno, a apontar o alto. No Brasil, o deus de Piñera nasceu em Maringá, norte do Paraná, em 1º de agosto de 1972, filho de uma mãe religiosa, aluno de colégio de freiras, adulto devoto do *look* “preto batina”. Dá expediente sempre que a Justiça não guarda algum de seus 90 dias anuais de reclusão coletiva, como a quarta e

a quinta-feira santas. Atende pelo nome de Sergio Moro, sobrenome vindo da morada dos papas, a Itália.

Há quatro anos à frente da Operação Lava Jato, a onipotência de Moro dispensa atestado papal. Seus sinais estão por toda parte. Ladrões construtores de templos foram engaiolados, um milagre no Brasil – embora vários tenham sido perdoados depois, com a redução das penitências, em troca de iscarióticas delações



e de promessas de não voltar a pecar, amém. As duas últimas mostras da divindade do juiz foram exibidas na véspera e no dia da passagem de Piñera por Brasília. Exemplos da *jihad* hoje a engolfar instituições da República, desafios à falta de fé dos ateus quanto à instância máxima citada por Piñera.

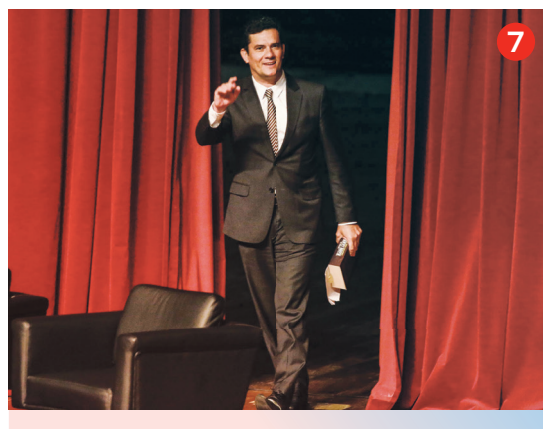
Em 26 de abril, Moro soltou um despacho a avisar que não iria cumprir uma decisão do STF. Queria primeiro examinar o texto dela, o “acórdão”, e depois veria o que fazer. Dois dias antes, uma das duas turmas da Corte Ihe havia ordenado que mandasse ao Judiciário paulista as delações da Odebrecht, entre elas as do patriarca da empreiteira, Emilio, e a de seu filho, Marcelo. As denúncias integram uma ação penal aberta por Moro contra o ex-presidente Lula, aquela baseada na acusação do Ministério Público de que o petista ganhou da construtora propina disfarçada de dois jeitos. Uma reforma

**Cármen Lúcia disse a Piñera que, acima do STF, só Deus. Ou Sergio Moro?**

FABIO RODRIGUES/PATZEROM/ABE E LEO PINHEIRO/VALOR, REPRODUÇÃO, DIEGO PADRUSCHI/FOLHA PRESS, EVARISTO SA/AFAP, REPRODUÇÃO, THEO MARQUES/FOLHA PRESS E JOKA MADRUGA/FUTURA PRESS



1 Moro com a esposa, Rosângela. 2 Em glória, no Roda Viva.  
 3 Na festança golpista, em conversa com o réu Aécio.  
 4 Alegres medidas com o presidente ilegítimo.  
 5 Ao lado de João Roberto Marinho, ao receber o prêmio da Globo por um desempenho que tanto agrada aos donos da emissora. 6 Assistente do filme que faz dele um herói, ao lado de Marcelo Bretas, de quem se tornou inimigo.  
 7 Entrada teatral em evento idem.



em um sítio em Atibaia (SP). E um terreno para montar um instituto – e-mails trocados entre Marcelo e FHC, conforme advogados de Lula, indicam que o instituto do tucano recebeu doações iguais.

Moro havia sido instigado pela força-tarefa da Lava Jato a revisar a decisão do Supremo. Liderados por Deltan Dallagnol, o evangélico das convicções sem provas, os procuradores pediram ao juiz, em juridiquês, para não dar bola à ordem. Esta, segundo eles, “não tem qualquer repercussão sobre a competência desse douto juízo para promover e processar a ação penal”, só serve para causar “lamentável tumulto processual”. Diziam ainda que o caso do sítio conteria fartas provas, “em grande parte, colhidas muito antes da colaboração da Odebrecht”, notável sintonia com a posterior escritura de Moro. É “oportuno lembrar”, anotou o juiz, que o processo se iniciou “muito antes” das delações odebrechtianas e constitui-se de “outras provas além dos referidos depoimentos”.

**A** sintonia é uma das razões para o jurista italiano Luigi Ferrajoli, de 77 anos, famoso teórico do Direito garantista, não ser misericordioso com a Lava Jato, especialmente quando se trata dos processos contra Lula. Na *CartaCapital* de 22 de novembro de 2017, ele confessou-se impressionado com a “estrutura inquisitória” da operação, “manifestada por três aspectos inconfundíveis das práticas inquisitivas”. A primeira era justamente a confusão entre juiz e acusação, não se sabe onde termina um e começa a outra: “Moro parece, de fato, o absoluto protagonista deste processo”. A segunda era que a Lava Jato “não busca a verdade do fato, mas procura no prisioneiro o delito”. Por fim,

Lula seria tratado como “inimigo” e demonizado pelo juiz por meio da mídia. Motivos para Ferrajoli afirmar que nenhum magistrado de *Mani Pulite*, a inspiração italiana da Lava Jato, aceitaria comparações entre elas.

Moro analisou a Mãos Limpas em um artigo de 2004 que ajuda a entender por que se portou como instância acima do STF. Para o juiz, as altas cortes brasileiras são “dependentes de fatores políticos”, ou seja, passíveis de influências, impressão que o Supremo não se cansa de confirmar, vide a boa vida que dá a tucanos. O antídoto seria juízes e MP usarem seus poderes no limite. “A Magistratura e o Ministério Público brasileiros gozam de significativa independência formal ante o poder político. Os juízes e os

**FERRAJOLI PROVOU QUE O PROCESSO A LULA DEMOLE QUALQUER PRETENSÃO DE EXISTÊNCIA NO PAÍS DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**



procuradores da República ingressam na carreira mediante concurso público, são vitalícios e não podem ser removidos do cargo contra a sua vontade”, teorizou.

**A** o testar seus poderes, Moro descobriu que são bíblicos. Em março de 2016, divulgou o áudio de um telefonema entre Dilma Rousseff, presidenta na ocasião, e Lula. Gesto ilegal. O chefe da nação pode ser investigado apenas no STF. Como Dilma caiu no grampo, cabia a Moro mandar a gravação ao Supremo. O maior ato político de um juiz brasileiro foi justificado por ele: “As pessoas tinham de conhecer o conteúdo daquele diálogo”. Levou um sermão do falecido Teori Zavascki, então condutor da Lava Jato no STF, e só. “É descabida a invocação do interesse público da divulgação ou a condição de pessoas públicas dos interlocutores atingidos, como se essas autoridades, ou seus interlocutores, estivessem plenamente desprotegidas em sua intimidade e privacidade”, escreveu Zavascki. Uma semana depois, Moro pediu “respeitosas escusas” ao STF, por ter causado polêmica. No *Roda Viva* de 26 de março passado, deixou claro que não era madalena arrependida. Não acha que errou. “Pedi escusas pela controvérsia gerada, mas jamais pedi escusas a respeito da divulgação daqueles áudios.”

No TRF4, sua instância imediatamente acima, o juiz também levou 10 em onipotência. Alguns advogados acionaram o tribunal sediado em Porto Alegre, em abril de 2016, a cobrar punição pela divulgação do áudio. Assunto encerrado seis meses depois com um “dou fé” da Corte aos poderes de Moro, pois as investigações da Lava Jato “trazem problemas inéditos e exigem soluções inéditas”. Apenas um togado defendeu



**Toffoli, Gilmar Mendes e Lewandowski são agora a pedra no sapato de Moro, de quem Mendes já disse: “Esse sujeito fala com Deus?” Teori Zavascki condenou a divulgação da conversa de Lula com Dilma. No *Roda Viva*, o inquisidor curitibano esclareceu: “Pedi escusas pela controvérsia gerada, jamais a respeito da divulgação daqueles áudios”**

castigá-lo. Para Rogério Favretto, Moro não podia ter ignorado “dispositivos legais e constitucionais, sobretudo naquilo em que consagram direitos e garantias fundamentais”, e “foi, no mínimo, negligente quanto às consequências político-sociais de sua decisão”.

O caso foi levado também, por deputados de PT e PCdoB, ao Conselho Nacional de Justiça, o fiscal dos fiscais. Mais de dois anos depois, nada. O CNJ lava as mãos. Cármen Lúcia, que acumula o comando do Conselho, tem mantido o processo longe da pauta. A única consequência concreta do grampo até hoje foi o juiz do STF Gilmar Mendes ter barrado a posse de Lula na Casa Civil na época do telefonema, por entender que a nomeação era tentativa de proteger o petista de Moro, proibição que praticamente condenou Dilma à fogueira. Mendes agora enxerga uma espécie de messianismo no juiz maringense. Em um julgamento no Supremo em 11 de abril, comentou, a propósito da rotina de prisões provisórias decretadas por Moro: “Esse



sujeito fala com Deus?”

Mendes foi um dos três a julgar que as delações da Odebrecht deveriam sair de Moro, ao lado de Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski, trio da 2ª Turma do STF, um grupo de cinco. Depois da comunhão com a Lava Jato na era PT, Mendes expia a culpa, com a ira do Velho Testamento. O juiz da Lava Jato no Rio virou seu inimigo. Ele pediu a seis órgãos públicos que investiguem Marcelo Bretas, que faz da Bíblia “o principal livro dessa vara” que comanda, a 7ª Criminal. Bretas embolsa auxílio-moradia apesar de sua esposa ganhar a mordomia e eles morarem juntos. O motivo da conversão do ex-devoto da Lava Jato é que agora ela chega perto de

uns amigos de Mendes. E ele não faz segredo de Fátima quanto a isso. No início de abril, ao falar em Lisboa da iminente detenção de Lula, comentou: “Se alguém torce para a prisão de A, precisa lembrar que depois vêm B e C”.

**T**emer, visto como satanista pela população, é um dos que estarão no alfabeto assim que deixar o poder. O senador José Serra, do PSDB paulista, é outro, mas tem mais sorte. Sua investigação nascida da Lava Jato corre sob a toga camarada de Mendes. O inquérito da Polícia Federal conduzido pelo delegado Luiz Flávio Zampronha, o do “mensalão” tucano em Minas, acaba de encorpar com documentos enviados da Espanha. Obtida pela reportagem, a papelada mostra elos financeiros entre gente ligada a Serra. Uma conta de uma prima do senador, Vicencia Talan, recebeu grana saída de uma conta pertencente a uma empresa de José Amaro Pinto Ramos, cerca de 570 mil euros e 250 mil dólares entre 2007 e 2008. Vicencia é esposa de Gregório Marin Preciado, espanhol naturalizado brasileiro que teria prestado, digamos, serviços financeiros a Serra. Ramos seria outro desses colaboradores, conforme Pedro Novis, um alcajueta da Odebrecht.



## CAPA

Novis não está entre as delações que, no caso do sítio, Moro não quer largar. A 2ª turma do STF resolveu tirá-las da diocese de Curitiba, por não ver relação entre corrupção na Petrobras e as odobrechtianas acusações a Lula. O destino das delações foi definido com base na questão de São Paulo ser a manjedoura da maior parte dos fatos nelas narrados. Logo após a decisão do STF, o promotor Ricardo Montemor, do MP paulista, lançou umas pragas no Facebook e agora é alvo da Corregedoria. “Confesso estar muito, mas muito cansado mesmo de toda essa canalhice que é feita no STF pelos canalhas Lewandowski, Toffoli, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello. Não há um só dia que esses fdp não tentam sacanear e acabar com a Lava Jato ou botar na rua o bandido corrupto Lula. A solução ideal não posso dizer. Perderia o emprego se dissesse o que eles realmente merecem. Até quando vamos ter de aguentar essa banditagem togada?”

**A** onipotência de Moro diante do Supremo também despertou reações. De um colega magistrado, inclusive. “Deu-se muito gás para esse juiz, a ponto de ele se considerar quase um órgão superior. Ele tem certo hoje de que é o juiz supremo do País”, disse ao jornal *Brasil de Fato* Marcelo Tadeu Lemos, titular da 12ª Vara Criminal de Maceió. Lemos é um crítico dos métodos “inquisitoriais” de Moro. Em maio de 2017, foi a Curitiba apontar “ilegalidades” da Lava Jato em uma aula. Mereceu uma sindicância aberta pela Justiça de Alagoas em agosto, o que não o impediu de voltar à cidade naquele mês para presidir um “tribunal popular” que condenou a operação. “A Lava Jato quebrou o mito da neutralidade judicial”, proclamou na ocasião. Hoje faz uma profecia. A decisão do STF no caso do sítio terá reflexo no do triplex. “Há toda essa reação (*em Curitiba*) porque já se preocupam com a prisão de Lula, já é um aperitivo para o



Marcelo Tadeu Lemos diz: “Ele tem certo hoje de que é o juiz supremo do País”



Ricardo Montemor: Toffoli, Mendes e Marco Aurélio Mello são os canalhas que tentam acabar com a Lava Jato



Em poder de Luiz Flávio Zampronha uma papelada a mostrar eles financeiros...

que vão fazer se contestarem a prisão, se disserem que ela é ilegal, e ela é ilegal.”

Da cadeia, Lula escreveu à presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann, que ficou “perplexo” com Moro: “Que país é esse em que uma instância inferior desacata a superior, em que um juiz de primeira instância desacata os ministros da Suprema Corte?” Do lado de fora, seus advogados levaram ao STF uma reclamação a alegar que o juiz “incorre em inédita afronta à autoridade desse Tribunal”. Querem que ele obedeça já. Esperar pelo acórdão, dizem, não serve de justificativa, pois as ordens do STF costumam valer a partir da publicação da ata de julgamento, o que já ocorreu. O curioso, segundo eles, é que o juiz não esperou por um acórdão pendente ao decretar a prisão de Lula. Afirmam ainda que o voto que liderou a decisão da 2ª turma, de Dias Toffoli, já foi publicado.

Se testou seus limites contra o STF, rever decisão de segunda instância seria moleza para Moro. Aconteceu no dia em que Sebastián Piñera foi ao Supremo. O TRF1 deu um *habeas corpus* contra uma extradição requerida a Portugal. O alvo da prisão era um empresário investigado na Lava Jato, suspeito de ajudar a mandar grana de um lado a outro em negociatas na Petrobras. Raul Schmidt

foi preso em Lisboa, em 2016, mas, como é naturalizado português, ganhou tempo na Justiça de lá. Agora o tempo acabou, Portugal topa despachá-lo. Foi Moro quem tinha mandado extraditá-lo. O juiz Leão Aparecido Alves, do TRF1, barrou a ordem, a pedido da defesa de Schmidt. Motivo: como o empresário tem cidadania portuguesa, o Brasil não poderá retribuir, pois a Constituição impede a entrega de brasileiros. Moro mandou abrir as águas do Oceano Atlântico para a extradição seguir assim mesmo: “Espera-se, com todo o respeito, a revogação imediata da liminar, por incompetência absoluta e usurpação da competência”.

**U**m juiz do TRF1, Ney Bello, soltou uma nota a lembrar Moro de certos mandamentos. “Não é minimamente razoável que um dos juízes se arvore por competente e decida por si só, sem aguardar a decisão da Corte Superior”, escreveu. “É inimaginável, num Estado Democrático de Direito, que a Polícia Federal e o Ministério da Justiça sejam instados por um juiz ao descumprimento de decisão de um tribunal, sob o pálido argumento de sua própria autoridade.” O assunto agora

será resolvido na terceira instância, o Superior Tribunal de Justiça.

Se escapou de punições, a onipotência já custou a Moro aborrecimentos. Em um vídeo a circular no YouTube desde dezembro de 2016, alguém de voz masculina liga para ele, identifica-se como “Daniel” e diz: “Acho que você deve ser cuidadoso com os métodos, porque você não é Deus”. Um Moro contrariado responde: “Seu Daniel, eu vou levar em consideração, preciso voltar a trabalhar”. “A legislação e a Constituição se aplica (*sic*) também a você”, insiste o telefonador. “Tá bom, senhor Daniel, até mais.” Há, porém, quem o venere com fervor. Em agosto de 2017, a atriz Cássia Kiss abriu sua casa no Rio a Dallagnol e

**LULA ESCREVEU:  
“QUE PAÍS É ESSE  
EM QUE UMA  
INSTÂNCIA  
INFERIOR  
DESACATA  
A SUPERIOR?”**

alguns globais. Um mês depois, dizia à *Folha*: “É Moro na terra e Deus no céu”.

Na força-tarefa da Lava Jato, também há fiéis. “Perfeita a decisão do juiz federal Sergio Moro sobre o absurdo HC em favor de Raul Schmidt”, disse Carlos Fernando dos Santos Lima no Facebook. O procurador tem usado a rede social para atacar o Supremo e pode ser alvo de uma investigação preparada por lá. Em 23 de abril, compartilhou um artigo do jornal gaúcho *Zero Hora* que teorizava por que a Lava Jato só seria possível em Curitiba. Em São Paulo, a grana não deixaria, no Rio o problema seria a malandragem, em Porto Alegre, a ideologia. “Em Curitiba, há uma elite cultural parecida com a porto-alegrense, de boa formação cultural. Só que, em Curitiba, essa elite cultural está a salvo da tacanhice ideológica”, afirma o colunista David Coimbra, jornalista. “Por estar longe demais das capitais, Curitiba teve tempo e ambiente para se transformar na matriz de uma nova casta de funcionários públicos que se formou no País.” Será?

“A classe dominante do Paraná tradicional é uma grande estrutura de parentesco, quase sempre com as mesmas famílias da elite estatal ocupando simultaneamente os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”, diz uma pesquisa de julho de 2017 feita na UFPR por quatro sociólogos. Intitula-se “Prosopografia Familiar da ‘Operação Lava Jato’ e do Ministério Temer”. Descreve a genealogia e as relações dos pesquisados. Suas conclusões lembram as histórias bíblicas dos capítulos iniciais do Gênesis, em que todos eram sangue do sangue de Adão e Eva. “Essas famílias de origem imigrante passaram a formar parte do estamento burocrático com seus privilégios e poderes, muitas vezes se associando na grande e antiga teia de nepotismo, de escravidão, exclusão social e coronelismo das antigas e sempre atuais oligarquias familiares da classe dominante paranaense.” Resultado: “A grande teia de nepotismo e familismo explica muito do atraso, falta de justiça e desigualdades no Paraná e Curitiba, locais

... entre parentes de Serra e contas fora do País, mas a investigação que envolve o senador corre sob a toga camarada de Mendes

SERGIO LIMA/FOLHAPRESS E MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO





Raul Schmidt, preso em Lisboa em 2016, naturalizado português, somente agora está na iminência da extradição pedida por Moro

em que famílias com mentalidades políticas do ‘Antigo Regime’ ainda mandam e dominam”.

Moro e a esposa, Rosângela, são retratados como exemplos. O casal é parente de desembargadores. Advogada, Rosângela é prima do prefeito de Curitiba, Rafael Greca, ambos descendentes de um capitão, Manoel Ribeiro de Macedo, “preso pelo primeiro presidente da Província do Paraná por acusações de corrupção e desvio de bens



Ney Bello, juiz do TRF1: não é razoável que um juiz se arvora a competente e decida por conta própria sem esperar a decisão da Corte superior

públicos em instalações estatais”. Outro parente influente de Rosângela “é Luiz Fernando Wolff de Carvalho, do Grupo Triunfo, bastante ativo nas atividades empresariais e na política regional, sempre envolvido com problemas jurídicos”. A propósito, um padre de Maringá, a terra de Moro, não achou lá muito digna uma procissão feita em janeiro na cidade pelos direitistas do MBL a favor do juiz. No Facebook, Leomar Antonio Montagna perguntou: “Onde

está a mulher de (Eduardo) Cunha sob a responsabilidade de Moro?” Solta.

**O** Paraná não tem competência legal para julgar Lula, segundo os advogados do petista, daí que eles aproveitaram a reclamação contra Moro no STF para pedir que todo o processo do sítio saia das mãos dele. Mais: querem a anulação de tudo feito até agora, pois a jurisdição seria outra. Anular tudo com base na geografia seria a única saída para Lula, inclusive no caso do triplex, na opinião de um certo juiz do Supremo. Os pedidos do ex-presidente serão examinados por Toffoli, o líder da decisão que tirou as delações da Odebrecht de Moro. Ele não quis tomar uma decisão liminar, preferiu examinar o tema com calma. São razoáveis as chances de atender os advogados. Em 2015, ao defender que nem tudo nascido da Lava Jato tinha de ficar com Moro, Toffoli questionou a onipresença e a onisciência do maringaense: “Só há um juízo no Brasil? Estão todos os outros juízos demitidos de sua competência? Vamos nos sobrepor às normas técnicas, processuais?”

## EDITORIAL

# NARCISO PROVINCIANO, PRETENSIOSO E ARROGANTE

POR MINO CARTA

**E**m um dia de começo de maio de 1980, li-guei para Romeu Tuma, diretor da Polícia Federal. Atendeu-me com a costureira cortesia. Esclareci que Raymundo Faoro e eu gostaríamos de visitar o amigo Lula, preso do Dops e enquadrado da famigerada Lei de Segurança Nacional. “Venham quando quiserem – respondeu Tuma –, será um prazer recebê-los.”

Com cordialidade nos acolheu dias depois, nos ofereceu a comodidade de um sofá instalado em seu gabinete

e mandou chamar o prisioneiro. O presidente demitido do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema chegou com o sorriso e o passo de quem se sente em casa, o carcereiro disse “fiquem à vontade”, e se retirou.

Já contei como Tuma tratava Lula, igual a um amigo. *O tempora, o mores...* Trinta e oito anos exatos se passaram, e a primeira conclusão é a seguinte: em tempos de ditadura, Lula merecia um gênero de respeito hoje negado a um ex-presidente que, no governo, foi o único que não

fez demais pelos ricos e bastante para os pobres, como bom intérprete de um capitalismo à moda antiga.

Em Curitiba, Lula é um condenado da inquisição à espera da fogueira. Com o beneplácito do Torquemada de arrabalde, uma anspeçada que se diz juíza proíbe as visitas de amigos e correligionários, muitas autoridades em pleno exercício. Segregado em uma cela de 12 metros quadrados, o preso dispõe de uma televisão sujeita à censura prévia dos algozes. Não se apagou o eco do atentado cometido contra

a caravana de Lula pelo Sul, e uma saraivada atinge o acampamento de lulistas fiéis e derrama sangue na calçada.

Ataque terrorista, sentença Celso Amorim, o chanceler de Lula, ministro da Defesa de Dilma, como há de ser a agressão feroz a uma comunidade pacífica. Impossível não concordar com ele. E eu me arrisco a crer que houvesse ali infiltrados pelos setores da PF que se afinam com o tribunal do Santo Ofício de Curitiba, como se deu com a CIA, infiltrada das Brigadas Vermelhas quando do assassinato de Aldo Moro.

JOSÉ CRUZ/ABR, ANTÔNIO CRUZ/ABR



**Raquel Dodge denuncia Lula por um pretenso acordo com a Odebrecht...**



**... enquanto Janot faz marcação dura na sucessora, desconfiado de que alivia para Temer**



Enquanto isso, a procuradora-geral, Raquel Dodge, acaba de denunciar Lula por um acordo com a Odebrecht que teria rendido 40 milhões de dólares ao PT na eleição de 2010. Antonio Palocci fecha uma delação com a Polícia Federal, para bronca da PGR, que acha que delação é só na Procuradoria. Líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta, cobra de Raquel, senão vai acusá-la de prevaricação, que apure a acusação de Rodrigo Tacla Duran de que as delações da Odebrecht foram fraudadas em Curitiba. Rodrigo Janot, ex-PGR, faz marcação dura na sucessora

**TOFFOLI QUESTIONA: "SÓ HÁ UM JUÍZO NO BRASIL? ESTÃO TODOS OS DEMAIS DEMITIDOS DE SUA COMPETÊNCIA? VAMOS NOS SOBREPOR ÀS NORMAS TÉCNICAS PROCESSUAIS?"**

através das redes sociais, desconfiado de que ela alivia para Temer, que, por sua vez, ataca a PF por vazar suspeitas de que ele comprou ou reformou imóveis da família para lavar dinheiro de corrupção no Porto de Santos, enquanto sua filha Maristela teve de depor aos federais. O próprio Janot é atacado pelo Twitter pelo encrençado senador Renan Calheiros, do MDB: "O MP não pode continuar a ser medido pela regra imunda do Janot".

É tanta confusão, que talvez nem Sergio Moro, o onipotente, seja capaz de resolver. •



**Nenhuma semelhança entre este senhor e os atuais carcereiros de Lula**

O conjunto da obra é altamente representativo do espantoso desastre provocado pelo estado de exceção desencadeado com o golpe de 2016. Antes de completar o segundo aniversário, os golpistas agora se engalfinham em lutas internas ao exibir a falta de uma liderança habilitada a uni-los, e oferecem

espaço para esta figura tão peculiar e medieval quanto Sergio Moro, surfista da situação. Há algo de místico na atuação de Moro e da sua turma de pregadores milenaristas, como se portadores da convicção granítica de lhes caber o papel de vingadores do futuro, de salvadores da pátria entregue à corrupção.

Nada disso, está claro, exclui o oportunismo, a empáfia, a ignorância, a pretensão de quem defende a impossível semelhança entre a Lava Jato e a *Mani Pulite*. E a prepotência, o narcisismo provinciano, a arrogância desmedida. Quem sabe algum

dia o Brasil perceba ter-se de frontado com uma personalidade psicótica admiravelmente secundada por Deltan Dallagnol. Por ora, vale dizer que a dupla e seus comparsas, sem exclusão dos pretensos desembargadores gaúchos, oferecem uma contribuição decisiva à demolição de qualquer resquício de Estado Democrático de Direito.

Hoje, minha única esperança sopra na direção da discórdia reinante entre os golpistas, inflada pela própria Lava Jato, a funcionar como a maçã fatal que precipitou uma guerra mítica.

